

CAPITALISMO, NEOLIBERALISMO PROGRESSISTA E LUTAS EMANCIPATÓRIAS NO PENSAMENTO DE NANCY FRASER

Capitalism, Progressive Neoliberalism and Emancipatory Struggles in Nancy Fraser's Thought

Capitalismo, Neoliberalismo Progressista y Luchas Emancipatorias en el Pensamiento de Nancy Fraser

RESUMO

Para entender o atual cenário de crise internacional do ideário neoliberal – dos quais o Brexit, bem como a eleição de Trump e de Bolsonaro, seriam sintomas –, Nancy Fraser propõe uma ampla análise da estrutura do capitalismo, a qual engloba, mas ultrapassa, a caracterização marxista usual. De sua análise surge uma importante chave de leitura histórica: a hegemonia das últimas décadas não seria apenas do neoliberalismo, mas do que ela chama de “neoliberalismo progressista”; e a crise não é apenas do neoliberalismo, mas do progressismo que o acompanhou. Trata-se de uma análise política, que supera as análises frequentemente moralistas que têm sido feitas da ascensão de líderes populistas de direita. A reflexão acerca do caso brasileiro a partir desse instrumental pode ajudar a estabelecer, assim esperamos, cursos de ação para o futuro.

PALAVRAS-CHAVE: neoliberalismo progressista, Nancy Fraser, lutas emancipatórias, teoria crítica, bolsonarismo.

Ester Gammardella Rizzi 1

ester.rizzi@usp.br

ORCID: 0000-0002-3670-008X

Tiago Tranjan 2

ttranjan@unifesp.br

ORCID: 0000-0002-9940-7331

1 Universidade de São Paulo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, São Paulo, SP, Brasil

2 Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, SP, Brasil

Submetido 03.02.2021. Aprovado 22.07.2021

Avaliado pelo processo *double blind review*

Editores convidados: Alfredo Saad-Filho (King's College London, Londres, Reino Unido), Cristiane Kerches da Silva Leite (EACH-USP, São Paulo, Brasil), Daniel Pereira Andrade (FGV EAESP, São Paulo, Brasil) e Francisco Fonseca (FGV EAESP e PUC-SP, São Paulo, Brasil).

DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v26n85.83219>

ABSTRACT

In order to understand the present crisis of neoliberal ideology – some symptoms of which could be seen in the Brexit as well as in Trump and Bolsonaro elections –, Nancy Fraser advances a broad analysis of capitalism, encompassing the usual Marxist description, but going beyond it. Her analysis brings forth an important key to evaluate our time: not only neoliberalism, but rather what she calls “progressive neoliberalism” has been the hegemonic ideology of recent decades; and the present crisis is not only of liberalism, but also of the progressive ideology that accompanied it. This is a political analysis far superior to the frequently moralist analyses being done about the rise of right-wing populist leaders. Using these theoretical tools to investigate Brazilian situation may prove helpful to adequately plan future political action.

KEYWORDS: *progressive neoliberalism, Nancy Fraser, emancipatory struggles, critical theory, Brazilian elections.*

RESUMEN

Para entender el actual escenario de crisis internacional de la ideología neoliberal, del que serían síntomas el Brexit, así como también la elección de Trump y Bolsonaro, Nancy Fraser propone un análisis amplio de la estructura del capitalismo, que abarca, y que sobrepasa, la caracterización marxista habitual. De su análisis surge una clave importante para la lectura histórica: la hegemonía de las últimas décadas no sería sólo del neoliberalismo, sino de lo que llama “neoliberalismo progresista”; y la crisis no es sólo del neoliberalismo, sino del progresismo que lo acompañó. Es un análisis político más amplio comparado a los análisis a menudo moralistas que se han hecho sobre el ascenso de los líderes populistas de derecha. La reflexión sobre el caso brasileño a partir de esta herramienta puede ayudar a establecer, esperamos, nuevos cursos de acción para el futuro.

PALABRAS CLAVE: *neoliberalismo progresista, Nancy Fraser, luchas emancipadoras, teoría crítica, bolsonarismo.*

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar algumas das reflexões recentes de Nancy Fraser sobre o capitalismo e sobre a perda de hegemonia do que ela chama de “neoliberalismo progressista”. Em paralelo, pretendemos refletir sobre como este aparato teórico ajuda-nos a compreender a realidade política do Brasil de 2021.

Logo de início, sublinhamos que Fraser é, como cientista social, uma teórica crítica. Isso significa dizer que ela, ao fazer teoria, ao tentar compreender a realidade, está permanentemente comprometida em identificar os problemas de nossas dinâmicas históricas, as lutas e os desejos do presente, bem como possíveis caminhos para transformações no futuro. Sua teoria não é neutra, desenraizada, meramente analítica. Sua reflexão está totalmente ancorada em

seu desejo de desarticular os muitos eixos de opressão que entravam nossa sociedade, em suas aspirações de justiça e liberdade.

Ao mesmo tempo, todas [as respostas populistas] dizem que o neoliberalismo não está funcionando, que há algo de profundamente errado com a atual maneira de organizar a vida e fazer negócios e que temos de substituí-la por algo bem diferente. (...) Mas as forças antineoliberais estão em marcha em todos os lugares, rejeitando abertamente o projeto neoliberal e enfraquecendo muito, senão estilhaçando por completo, sua hegemonia. O que emerge em situações como essa nem sempre é bonito. Lembro-me da descrição de Gramsci de uma ‘crise de autoridade’ anterior, que diz ‘o velho está morrendo e o novo não pode nascer; nesse interregno, aparece uma grande variedade de sintomas mórbidos’. O que vemos agora são os sintomas

mórbidos. (Fraser & Jaeggi, 2020, p. 214)

Este trecho sintetiza sua visão atual sobre o neoliberalismo: sendo uma conformação histórica do capitalismo pós-década de 1970, passa por uma profunda crise de hegemonia. O Brexit, bem como as eleições de Trump e de Bolsonaro, seriam alguns dos efeitos mórbidos dessa crise.

Não é apenas o neoliberalismo, porém, que está em crise. É o neoliberalismo progressista. É fundamental entender, nesse sentido, a surpreendente aliança histórica entre, de um lado, pautas emancipatórias em defesa da liberdade de grupos oprimidos (mulheres, negros, imigrantes, indivíduos LGBT) e, de outro lado, o neoliberalismo. Para fazer isso, começaremos por examinar como Fraser analisa o próprio capitalismo, que ela descreve como “ordem social institucionalizada”. Tentaremos compreender suas características permanentes ao longo do tempo, seus pressupostos de existência. É a partir daí que será possível indicar, segundo um diagnóstico de época cuidadosamente elaborado, as frentes de luta que emergem dessa estrutura. Em outras palavras, para entender a crise de hegemonia do neoliberalismo progressista e as oportunidades de transformação que ela abre, será preciso entender como essa forma histórica do capitalismo chegou a ser hegemônica, e isso, por sua vez, só pode ser feito em um quadro mais amplo de análise.

TOPOGRAFIA DO CAPITALISMO: CARACTERÍSTICAS DE PRIMEIRO PLANO E PLANO DE FUNDO

Em livro de 2019, no qual dialoga com a professora alemã Rahel Jaeggi, Fraser oferece

uma exposição bastante sistemática do seu pensamento (Fraser & Jaeggi, 2020). A primeira tarefa a que ela se propõe consiste em descrever o neoliberalismo como etapa histórica do capitalismo.

Essa opção, evidentemente, tem consequências. Em primeiro lugar, é necessário explicitar o que se considera como a permanência do capitalismo. Ou seja: por que é possível chamar de “capitalismo” a ordem social institucionalizada que se vai analisar se o nosso capitalismo, neoliberal do século XXI, tem tantas características diferentes daquelas do capitalismo mercantil do século XVI? O que confere unidade a essas ordens sociais? E uma vez classificadas como capitalistas, quais são as diferenças entre elas?

O ponto de partida da análise é Marx. Na estruturação do capitalismo, haveria um primeiro plano econômico, relativo à produção e à circulação de mercadorias. Esse primeiro plano teria sido bem descrito pela teoria marxista, a partir de quatro características fundamentais: (I) propriedade privada dos meios de produção e consequente divisão de classes entre proprietários e trabalhadores; (II) trabalho livre e instituição de um mercado de trabalho assalariado; (III) acumulação/concentração permanente do capital como fator condicionante da dinâmica de produção capitalista, de modo que a geração de lucro passa a ser mais importante do que a satisfação de necessidades; (IV) presença cada vez mais central do mercado, entendido como lugar abstrato de trocas mediadas pela moeda, e progressiva expansão da lógica da mercadoria para todos os aspectos da organização social.

No entanto, é preciso ir além. Essa descrição

do capitalismo, centrada exclusivamente em estruturas econômicas, não consegue dar conta da complexa dinâmica das sociedades capitalistas. Não apenas aspectos importantes da realidade social ficam obscurecidos, não encontrando quadro adequado de análise, como também a capacidade de explicar a evolução das próprias formas capitalistas fica prejudicada. Nesse sentido é que Fraser propõe encontrar, para as características estruturais econômicas apontadas, um lugar analítico mais preciso, dentro de uma verdadeira “topografia” da sociedade capitalista como um todo.

As quatro características econômicas seriam o primeiro plano: a parte mais aparente e explícita do capitalismo. Outras quatro características, porém, são definidas como plano de fundo não econômico do capitalismo. Esse plano de fundo, por sua vez, é visto como condição de possibilidade da existência da ordem social institucionalizada que é o capitalismo. Não há hierarquia entre “primeiro plano” e “plano de fundo.” O primeiro plano é mais evidente, já foi analisado há mais tempo, está mais consolidado do ponto de vista teórico. Ambos os planos, porém, somam-se na determinação da ordem social capitalista.

Esse plano de fundo do capitalismo é composto, na visão de Fraser, por quatro cisões fundamentais. Cada uma delas, estando possivelmente anunciada em ordens sociais precedentes, só ganha sua atual magnitude e significado dentro da ordem capitalista. Inversamente, somente a ordem capitalista apoia-se nessas cisões como ingredientes fundamentais para seu mecanismo de funcionamento, sem as quais não poderia sustentar-se ou reproduzir-se. É justamente

nesse sentido que seria um equívoco ignorar o plano de fundo, ou tentar reduzi-lo às estruturas econômicas do primeiro plano. Sem as cisões que indicaremos a seguir, todas as quais operantes em planos distintos do da economia, as estruturas econômicas capitalistas simplesmente não conseguiriam operar da maneira como operam.

A primeira delas é a cisão entre exploração do trabalho e expropriação. A divisão consiste em diferenciar, de um lado, a mais valia obtida por meio do trabalho assalariado – regulado pelo contrato de trabalho em um contexto jurídico bem estabelecido, segundo o pressuposto de liberdade das partes – e, de outro lado, um processo de apropriação violenta, despossessão (Harvey, 2004), que também gera acumulação de capital. Em Marx, esse processo é descrito como acumulação primitiva. Diferentemente de Marx, porém, Fraser afirma que exploração e expropriação são coexistentes em todas as etapas do capitalismo.

Essa cisão ocupa um lugar diferente das outras, pois é a única que não se apresenta, na visão de Fraser, como condição de possibilidade ou como consequência necessária das sociedades capitalistas. Trata-se simplesmente de constatar duas formas de exploração que têm se mostrado coexistentes no desenvolvimento histórico do capitalismo, assumindo ambas importantes funções.

As três cisões seguintes, ao contrário, são fundamentais para a caracterização do capitalismo. Trata-se de cisões inauguradas – ou aprofundadas de maneira definitiva, segundo o papel que desempenham na totalidade do sistema – no capitalismo. São elas: (I) cisão entre esfera produtiva e esfera reprodutiva;

(II) cisão entre o que é considerado natural (não-humano) e o que é considerado humano; (III) cisão entre economia e política.

Fraser é muito clara quando diz que, ao assinalar essas cisões e enfatizar sua essencial novidade histórica, não tem pretensão nenhuma de idealizar o passado, muito menos pretende alguma espécie de retorno a ele. Pelo contrário. De alguma forma, essas cisões fundamentais do capitalismo possibilitaram pressões emancipatórias para grupos antes dominados. E o exemplo óbvio desta narrativa são as lutas emancipatórias das mulheres.

A divisão entre esfera produtiva e reprodutiva pode, em linhas gerais, ser descrita como a divisão entre dois tipos de atividade humana: de um lado, o trabalho remunerado, reconhecido pelo nome de “trabalho” (esfera da produção); de outro, o trabalho invisível, não remunerado e muitas vezes não reconhecido pelo nome de “trabalho”, consistente em reproduzir a espécie humana, cuidando de crianças e idosos, mantendo as condições domésticas da vida, transmitindo valores (esfera da reprodução). O que torna essa cisão típica do capitalismo é, justamente, a mediação universal da moeda e do mercado. Somente nesse cenário a divisão apontada ganha sentido determinante. Em outras sociedades, a mesma divisão terá de ser descrita em sua extensão: certas tarefas são típicas de um grupo social, outras tarefas são típicas de outro grupo social; certas tarefas são masculinas, outras tarefas são femininas. Mas somente no capitalismo a divisão é estrutural: há tarefas que entram na circulação capitalista, sob a forma de trabalho vendido em um mercado de trabalho, e há tarefas que não entram. Além disso, ten-

do a circulação da moeda ganhado um caráter transversal capaz de abranger quase todas as esferas da vida social, o alijamento do mercado de trabalho passa a ter consequências ao mesmo tempo muito mais abstratas (desvinculadas de um significado social específico) e muito mais decisivas.

Que o acesso de homens e mulheres a esse mercado se dê, desde o princípio, em condições bastante assimétricas, passa a ser, igualmente, um fato social novo, capaz de explicitar com clareza nova antigas desigualdades e assimetrias de poder. Há uma tensão aqui. E a partir dessa tensão, Fraser identifica dois possíveis impulsos de transformação. Por um lado, uma luta emancipatória das mulheres, que tiveram sua específica dominação ampliada e explicitada. Por outro lado, é o próprio capitalismo que poderá ser questionado, pela própria existência e aprofundamento da cisão. Segundo ela, a partir da cisão surge uma crise, e “essa vertente da crise está ancorada numa contradição estrutural: o fato de a economia capitalista, ao mesmo tempo, depender e tender a desestabilizar as próprias condições de possibilidade socio-reprodutivas” (Fraser & Jaeggi, 2020, p. 51).

Uma segunda cisão fundamental para o capitalismo ocorre entre o que é natural e o que é humano. Natural é aquilo que não foi produzido pelo ser humano e, ao mesmo tempo, fornece “matéria-prima” para o sistema de produção. Já a humanidade constitui-se do conjunto de seres humanos, suas produções, suas construções históricas e socioculturais. Novamente, a novidade não está propriamente na cisão, mas no papel estruturante que ela assume, bem como no significado que passa a comportar. O que se

explicita é, novamente, certa relação ancorada na onipresença do mercado e da moeda: uma relação de consumo da natureza. A realidade cinde-se em dois polos opostos, permanentemente identificáveis em suas diferenças. O mundo está posto à mesa, inteiramente servido à técnica produtiva: parte dele já foi transformado e consumido; outra ainda não o foi. As muitas continuidades entre as duas esferas – humano e não-humano – perdem-se diante do fato essencial da produção capitalista, sua técnica, sua escala, sua estrutura monetária. Até certo ponto da história, o ser humano podia ser visto como distinto da natureza, mas era uma parte distinta “dentro” da natureza. Na nova estrutura de consumo, inverte-se a perspectiva: a natureza só pode ser vista como parte específica – insumo – da produção humana.

No entanto, dessa cisão surge outra grande crise. Novamente, aquilo que aparece como constitutivo do capitalismo parece levar – ao menos a partir de certo momento – o próprio capitalismo a um impasse. Os recursos naturais, como tem ficado cada vez mais claro no século XXI, esgotam-se. Segundo Fraser, há uma “contradição ecológica: o capital, a um só tempo, depende de e tende a desestabilizar as próprias condições ‘naturais’ de possibilidade” (Fraser & Jaeggi, 2020, p. 54).

Por fim, a terceira cisão descrita por Fraser ocorre entre economia e política. Por longos períodos da história, ter poder econômico e ter poder político eram praticamente sinônimos: não apenas de fato, mas também de direito. Que as duas situações coincidissem, era visto não apenas como natural, mas quase sempre como necessário. No capita-

lismo, o poder político – e de maneira geral o Estado, que garante os contratos, a circulação de moeda e os pagamentos de dívidas por meio do monopólio do exercício legítimo da força – busca legitimidade justamente por afastar-se, ao menos na perspectiva jurídica e institucional, do poder econômico. Separação dos interesses públicos frente aos interesses privados e econômicos: é nessa cisão que a promessa da democracia pode fundar-se.

Ao mesmo tempo, porém, é nessa forma política “socialmente neutra” – na qual o poder político se desvincula de seus liames exclusivos com grupos sociais específicos, coincidentes com o poder econômico – que o poder abstrato da moeda pode exercer-se com mais vigor. Não à toa, o estabelecimento do capitalismo como ordem social institucionalizada ocorre, historicamente, em paralelo à progressiva perda de domínio econômico por parte dos grupos que até então monopolizavam o poder político (e todos os privilégios daí derivados), vale dizer, a nobreza europeia articulada no período feudal. Nesse sentido, é interessante observar a dupla face de que se reveste a luta burguesa por acesso ao poder político. Por um lado, do ponto de vista fático, trata-se de uma luta que tende a reaproximar o poder político do poder econômico, que então mudava de mãos. Por outro lado, do ponto de vista discursivo, ela assume a forma abstrata que convém à nova ordem social: não há mais privilégios de casta (nascimento); não há mais fechamento social relativo à apropriação das riquezas; não há mais fechamento social relativo à apropriação do poder político. Na verdade, na medida mesma em que o poder econômico não deve mais se vincular a um grupo social fechado, mas apenas traduzir certa relação

com o mundo da produção, o poder político passa a flutuar de maneira ambígua: não pertence de direito a nenhum grupo previamente determinado, mas deve garantir permanentemente as condições para a produção capitalista e, portanto, os interesses de determinada classe.

É assim que surge, como parte do projeto democrático, a promessa (não cumprida) de que a desigualdade econômica não vai interferir nos processos políticos democráticos. No capitalismo, esfera política e esfera econômica separam-se, ao menos em alguma medida, e passam a responder, ao menos de algum modo, a formas de funcionamento próprio. A contradição deriva, mais uma vez, do fato de que a economia depende dos poderes instituídos e, ao mesmo tempo, tende a desestabilizar esses poderes.

Em outras palavras, a afirmação de duas esferas distintas, com lógicas de funcionamento próprias – economia e política –, realiza analiticamente uma promessa nova: de que o poder econômico não ditará todas as cartas da política; de que haverá alguma proteção contra a atuação do poder econômico nas decisões tomadas na esfera política; e de que a regra mais geral de legitimação do poder político reside em atender, não ao interesse de grupos específicos, não ao interesse dos mais ricos, mas a interesses mais amplamente concebidos, como quer que sejam definidos (da coletividade, da sociedade, da cidadania). Todos sabemos o quanto falta para que essa promessa seja cumprida. No entanto, o fato de ela ser formulada e, principalmente, de se encarnar sob a forma de instituições, gera uma tensão importante. Aponta-se a partir daí para uma nova crise e para novas lu-

tas, na medida justamente em que a própria noção de democracia afirma-se como valor hegemônico.

Para resumir: segundo Fraser, a topografia do capitalismo é composta pelas quatro características econômicas do primeiro plano e as três (ou quatro) cisões não econômicas do plano de fundo. Somando-se os dois lugares da sua topografia temos o todo da ordem social institucionalizada do capitalismo. Essa ordem, por sua vez, é causa de inúmeros problemas sociais, e nela estão inscritas, senão crises já instaladas, tendências de crises a serem vividas e aprofundadas.

NEOLIBERALISMO COMO ETAPA HISTÓRICA DO CAPITALISMO

Diferentes pesquisadores elegem diferentes marcas e características para definir quais seriam as etapas históricas do capitalismo. Fraser alega que deveríamos identificar as seguintes quatro etapas: capitalismo mercantil, entre os séculos XVI e XVIII; capitalismo liberal-concorrencial, no século XIX; capitalismo de Estado, no século XX até a década de 1970, mas principalmente após a Segunda Guerra Mundial; e capitalismo financeirizado, da década de 1970 até hoje. Cada uma dessas etapas seria distinguida por um diferente regime de acumulação. O neoliberalismo, que ela trata como sinônimo de capitalismo financeirizado, aparece assim como uma dessas quatro etapas históricas. E, segundo Fraser – no que é acompanhada por diferentes autores (v.g. Streeck, 2018; Rugitsky, 2020) –, vive neste século XXI um momento de crise de legitimidade.

Para entender a natureza dessa crise, é importante recuar um pouco e examinar a

etapa anterior. Chamou-se de capitalismo de Estado aquele associado ao Estado de bem-estar social, em que o poder político buscava regular a economia de maneira a garantir certo bem-estar mínimo da população, sobrestando tendências revolucionárias que, a partir de finais do século XIX, podiam ser claramente identificadas em diferentes contextos nacionais. Do ponto de vista econômico, essa atuação do Estado para garantir direitos gerou – principalmente nos países centrais do capitalismo, mas não apenas neles – salários mais altos, melhores condições de trabalho, um Estado provedor de direitos básicos (saúde, educação, assistência social, cultura). Todo esse conjunto, porém, resultou em uma diminuição relevante nos ganhos de produtividade do capital. E não seria exagero dizer que, se as diferentes etapas do capitalismo são caracterizadas por seus diferentes regimes de acumulação, então o capitalismo de Estado apresentou-se, por um breve período histórico, como forma relativamente mitigada de capitalismo. Os mecanismos que possibilitaram essa situação histórica foram muito bem analisados por Claus Offe em seu “A Democracia Partidária Competitiva e o Welfare State Keynesiano” (Offe, 1984).

Do ponto de vista da economia global, contudo, esse quadro resultou na fuga de estruturas industriais e fabris dos países centrais para nações periféricas, que garantiam menos proteção ao trabalho. Além disso, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o sistema capitalista encontrou na Ásia uma nova área geográfica de expansão, sendo o caso da China, a partir da subida de Deng Xiaoping em 1976, somente o mais espetacular deles. Como consequência, ao longo do tempo, essa proteção aos trabalhadores

e essa garantia de direitos oferecidas pela política foi colocada em xeque: o ambiente estava preparado para a ascensão do capitalismo financeirizado.

Se no capitalismo de Estado o poder público sujeitava o poder econômico em nome do bem-estar social, no neoliberalismo a economia “liberta-se” dos limites impostos pelo Estado e aumenta significativamente suas margens de lucro, diminuindo o bem-estar social e a proteção ao trabalho. Esse processo vem acompanhado de uma visão de mundo que o sustenta, e que faz com que os próprios agentes públicos atuem para diminuir a capacidade de regulação do campo político sobre o campo econômico. Em paralelo, assiste-se a um progressivo aumento nas transações internacionais. Um ambiente internacional de relativa estabilidade (sem conflitos diretos entre os principais atores capitalistas), somado a um avanço tecnológico sem precedentes (notadamente no campo da produção industrial, dos transportes e das telecomunicações), vão tornando extremamente móveis as matrizes de produção e de consumo. Nesse contexto, o Estado nacional, já enfraquecido de dentro, perde relevância frente a decisões tomadas, não propriamente no âmbito internacional, mas em um âmbito essencialmente deslocalizado, “o mercado globalizado”. Perde assim, também, sua capacidade de ser protagonista na elaboração de projetos sociais capazes de oporem-se à lógica econômica.

Em resumo, eis o quadro cujos contornos tornam-se, a partir da década de 1970, cada vez mais nítidos: pouca proteção do trabalho; pouca garantia de direitos; pouca proteção ambiental; diminuição do poder do Estado nacional; facilidade no deslocamento inter-

nacional das matrizes de produção e consumo, bem como de capitais; aumento da importância do mercado financeiro.

Evidentemente, todo esse processo – visto até agora em suas linhas gerais, e principalmente do ponto de vista dos países centrais – assume características e nuances próprias no Brasil. Mesmo assim, está claro que o cenário descrito acima é não apenas identificável em nosso país, como vai determinar, por aqui, certas tensões centrais do nosso recente percurso histórico. Por um lado, é verdade que nunca logramos alcançar, nem antes nem depois de 1970, um capitalismo de Estado completo. No entanto, a consolidação de seus pressupostos permaneceu, ao menos desde a década de 1940, como ponto focal de importantes lutas. Por outro lado, é igualmente verdade que nunca mergulhamos completamente no capitalismo financeirizado neoliberal. Também nesse caso, as disputas em torno da penetração, em nosso país, das novas tendências históricas do capitalismo, vendidas sob a nome de “modernização”, estiveram na base de boa parte de nossos embates políticos, sociais e econômicos, principalmente a partir da promulgação da Constituição de 1988 (e em tensão permanente com ela).

LEGITIMAÇÃO E CRISE DE LEGITIMAÇÃO DO NEOLIBERALISMO

Mas como compreender, em geral, a legitimação dessa nova etapa do capitalismo, partindo de um cenário de erosão de conquistas sociais amplamente reconhecidas pelas populações que dela puderam se beneficiar? E como entender, a seguir, a crise dessa legitimidade?

O capitalismo é um regime que, como ideologia, ignora sua dependência da natureza, da reprodução social e do poder público. Para Fraser, esses três elementos são considerados como “brindes gratuitos inesgotáveis”, algo que sempre está lá à disposição da acumulação do capital, de maneira que não deveria haver, do ponto de vista da dinâmica econômica, nenhuma preocupação para mantê-los.

Em relação à natureza – em que a finitude dos recursos parece mais dramática – o capitalismo global neoliberal e financeirizado parecia ter “resolvido” o problema da escassez, que na Europa já dava claramente o ar da sua graça, com o deslocamento das plantas fabris para o Sul do mundo. Assim, a crise ecológica foi deslocada geograficamente – e, ao menos momentaneamente, minimizada nos países centrais. O chamado “Norte global” especializou-se em serviços e tecnologia (centralizando, é claro, o setor financeiro), enquanto o “Sul global” ficava com todas as externalidades da produção industrial (extrativismo, poluição etc.). Além disso, o poder público – que poderia ser um contrapeso contra a devastação sem freios da natureza – vai sendo progressivamente deslegitimado em seu papel regulador, sobretudo nos países em desenvolvimento.

No que diz respeito à produção/reprodução, a transição do capitalismo de Estado para o capitalismo financeirizado deu-se, principalmente, com a mudança da estrutura típica da família com um salário (e a responsabilização da mulher pelas tarefas de cuidado) para a estrutura da família com dois salários. Nos EUA, por exemplo, a parcela de mulheres no mercado de trabalho passou de 40% para 60% em apenas 20 anos, en-

tre 1970 e 1990 (U.S. Bureau of Labor Statistics, 2017). Do ponto de vista prático, o que estimula essa mudança é o fato de que se torna muito difícil sustentar dignamente uma família com apenas um salário (o que também é provocado pela menor proteção do trabalho vigente no capitalismo neoliberal financeirizado). Aprofundando um processo que já estava dado desde o século XIX, com a segunda Revolução Industrial, homens e mulheres são estimulados igualmente a trabalhar, em um processo de universalização (no caso, de gênero) da lógica do mercado de trabalho e consequente expansão do binômio produção/consumo. Situação, contudo, que gera uma crise quanto às responsabilidades na esfera da reprodução.

Neste ponto, é interessante observar que a análise de Fraser, ao mostrar o esgarçamento das condições de reprodução social, não chega a alcançar uma realidade recorrente no Brasil, que torna esse esgarçamento ainda mais sofrido em nosso país: mais de 18% das famílias são monoparentais. E desses 18%, em mais de 87% dos casos, as responsáveis pelo cuidado e sustento da família são mulheres (IBGE, 2010). No que diz respeito ao caso do Brasil, portanto, a análise de Fraser, dramática como possa ser, ainda não consegue captar todo o drama, pois está centrada nos pouco mais de 60% de famílias em que há um casal com filhos e que têm, potencialmente, um ou dois salários (ou outros 19% são de casais sem filhos).

De maneira ampla, a tendência geral do capitalismo financeirizado, no que tange à reprodução e à produção, é “o acentuado aumento do número de horas de trabalho pago necessário para sustentar um domicílio” (Fraser & Jaeggi, 2020, p. 105). Como re-

sultado, há cada vez menos disponibilidade para as tarefas de reprodução da vida. A maneira de lidar com essa situação, evidentemente, está profundamente ligada a inúmeras e importantes variáveis locais. Há casos, como o brasileiro, em que a instituição (ainda que parcial) de um Estado de proteção social convive por longo tempo – devido à acentuada desigualdade de renda e à permanência de estruturas sociais arcaicas – com o uso intenso de mão de obra doméstica. Na etapa financeirizada do capitalismo, porém, a crise das condições de reprodução da vida faz-se notar em quase todos os níveis, tanto no centro como na periferia do sistema. Há um processo de verdadeira compressão social. Estratos intermediários cada vez mais numerosos veem-se espremidos entre a necessidade (econômica, mas também de legitimação social) de buscar dois salários e o acúmulo das funções domésticas, particularmente aquelas relativas à criação dos filhos. Essas funções acabam sendo, na medida do possível, terceirizadas por meio da compra de serviços no mercado. Já as famílias com maior poder aquisitivo, sobretudo nos países em que o custo do trabalho não é tão elevado, conseguem transferir o problema “para baixo” não apenas por meio da terceirização, mas também pela contratação direta de funcionários. Assim, em casas de classe média alta, em geral com dois salários, mulheres pouco qualificadas e quase sempre mal remuneradas realizam esse tipo de serviço. Essas mulheres, por sua vez, transferem os cuidados de suas próprias famílias e crianças a outras mulheres, com condições de trabalho ainda mais precárias. O trabalho reprodutivo torna-se, assim, uma mercadoria do mercado de trabalho, realizado por pessoas pouco qualificadas e pouco valorizadas do ponto de vista salarial e de condições de

trabalho. A reprodução social fica nas brechas da vida, enquanto o trabalho produtivo, remunerado, passa ao primeiro plano da valorização social.

É tendo em vista esse quadro, cujas contradições centrais começamos a delinear, que devemos retornar agora à nossa segunda questão: como então o capitalismo neoliberal financeirizado ganhou sua legitimação, surpreendentemente ruidosa em alguns momentos? Fraser cunha um conceito que ajuda a explicar como um sistema tão cruel para a vida da maior parte da população ganha um verniz carismático: neoliberalismo progressista (Fraser, 2018b).

Fraser parte de uma releitura de Karl Polanyi, que propunha compreender certa dinâmica do capitalismo a partir do seguinte binômio: mercantilização e proteção social. De um lado, progressiva transformação do mundo e das relações em mercadorias a serem comercializadas em algum mercado. De outro, a tentativa de garantir direitos e proteção social para toda a população. Segundo Polanyi, a sociedade viveria, no capitalismo, um permanente conflito entre esses dois polos. O que a análise de Fraser propõe acrescentar, nesse sentido, é um terceiro polo para a compreensão da dinâmica social do capitalismo, que ela chama de “emancipação”. Com isso ela quer indicar a luta de alguns setores da sociedade (negros, mulheres, imigrantes) por mais reconhecimento e liberdade. Se a chave da proteção social é a da garantia de direitos e da regulação do trabalho, a chave da emancipação é a luta contra certo tipo de opressão que se exerce para além da classe social ou das relações de trabalho (embora nutram com elas uma íntima relação) (Fraser, 2017).

O neoliberalismo progressista seria, nesse cenário, uma estranha aliança realizada entre setores da sociedade que defendem pautas emancipatórias e os que defendem a política econômica neoliberal. Foi esta aliança que teria permitido ao neoliberalismo se tornar não só o regime de acumulação vigente, mas também o regime de acumulação hegemônico, ou seja, com alta adesão social a seus valores e orientações.

O “triplo movimento” descrito por Fraser, portanto, configura-se a partir de um trio de impulsos e desejos que mobilizam a vida em sociedade sob o capitalismo: (I) mercantilização; (II) emancipação e (III) proteção social. Elas vêm funcionando, segundo a autora, em cenários de “dois contra um”. Assim, no capitalismo de Estado teria sido vigente uma aliança entre mercantilização e proteção social. No capitalismo neoliberal financeirizado, por sua vez, a aliança é entre a mercantilização e emancipação. Falta testar, historicamente, uma possível – e desejável – aliança entre emancipação e proteção social.

Certamente poderíamos acrescentar outros elementos para descrever o sucesso do neoliberalismo como etapa do capitalismo e como ideologia dominante. Dardot e Laval (2016) elencam alguns, dentre os quais vale a pena destacar: afirmação da meritocracia como critério para distinções sociais e indivíduos empreendedores de si mesmo, em permanente competição com os outros. Já Streeck fala de uma lógica individualista consumista que invade a vida política (Streeck, 2012). Do nosso ponto de vista, essas análises se complementam. Contudo, o pensamento de Fraser parece-nos oferecer

um quadro teórico mais amplo a partir do qual pensar-se estratégias de ação política.

DECLÍNIO DA HEGEMONIA DO NEOLIBERALISMO PROGRESSISTA: LUTA DE CLASSES E LUTAS DE FRONTEIRA

A análise das três cisões provocadas ou aprofundadas pelo capitalismo não é, assim, meramente uma busca pela melhor forma de descrever o capitalismo ou suas etapas históricas. Ela permite descrever o capitalismo neoliberal financeiro de forma que se possa melhor compreender as possibilidades de transformá-lo. Há um objetivo político claro que serve de motivação à análise teórica: contestar e enfrentar esse sistema.

Mas por que, afinal de contas, o sistema capitalista mereceria ser contestado? Surgem aqui pelo menos três ordens de considerações: (I) disfuncionalidade: trata-se de um sistema social e econômico insustentável no tempo, propenso a crises sucessivas ou mesmo permanentes; (II) imoralidade: trata-se de um sistema moralmente indefensável, na medida em que promove imensas desigualdades, exploração do trabalho, expropriação e, em última instância, uma estrutura social injusta, segundo certos pressupostos de liberdade e de igualdade cuja progressiva elaboração histórica tem sido uma das grandes conquistas humanas; (III) estreiteza existencial: trata-se de um sistema no qual a progressiva mercantilização de todas as esferas da vida vai tornando cada vez mais distante a possibilidade de atribuir significado à própria vida, e no qual a existência humana, posta sob a pressão quase exclusiva da produção e do consumo, não logra realizar seu pleno potencial.

A análise proposta por Fraser permite, então, distinguir dois tipos de luta. Um deles é o que ela chama de “lutas de fronteira”. Esse tipo de luta explora as contradições que surgem, como já indicado, das cisões entre produção/reprodução, natural/humano e política/economia. O outro são as lutas travadas diretamente na esfera da produção e do trabalho, ou seja, aqueles enfrentamentos derivados da posição das pessoas em relação ao sistema de produção, e que têm como referência a classe social (lutas de classe). O ponto central estaria em ver as lutas de fronteira como um enriquecimento no enfrentamento global ao capitalismo, em um cenário no qual, por muito tempo, a ênfase quase exclusiva esteve colocada nas demandas de classe, diretamente derivadas da análise marxista. Nesse sentido, as lutas de classe e as lutas de fronteira deveriam ser percebidas como complementares (e não alternativas) para a transformação do todo social complexo que é o capitalismo, rumo à construção de uma sociedade melhor.

A questão fundamental que se coloca agora, portanto, reside em compreender adequadamente – para melhor articulá-las – a dinâmica dessas lutas. Para certa ortodoxia marxista, é necessário manter em vista a absoluta centralidade do conflito entre trabalho e capital. Daí que o protagonismo da luta caberá sempre aos trabalhadores. Possivelmente articulados no plano internacional, são eles que organizariam a ação política e disporiam da força necessária para o enfrentamento e a superação do sistema capitalista. Para Fraser, porém, o cenário é bem mais complexo. Há múltiplas lutas acontecendo paralelamente. Elas são heterogêneas e praticadas por grupos sociais heterogêneos. Elas não convergem, necessariamente, para aquele fim

único de enfrentamento e superação do capitalismo. De fato, as pressões pela emancipação das mulheres ou para a obtenção de melhores condições sociais para os negros estão profundamente ligadas a cisões típicas do capitalismo (como as cisões entre reprodução/produção e política/economia), e foram mesmo propiciadas por essas cisões. Por esse motivo, as lutas emancipatórias das mulheres e da população negra não necessariamente convergem para a superação do capitalismo. É nesse cenário de complexidade das lutas sociais que precisamos navegar, cada vez mais. E em que se pode observar, neste início de século XXI, um fato novo. O neoliberalismo progressista – visto como pensamento hegemônico que deu sustentação ideológica às práticas do capitalismo neoliberal financeirizado – vive hoje uma profunda crise de legitimação (Fraser, 2018A). Em diversos contextos políticos, surgem importantes forças contrárias ao neoliberalismo. A vitória de Trump, do Brexit e de Bolsonaro – para ficar apenas em três exemplos bastante significativos – devem ser interpretadas nesse contexto. O horizonte de futuro (seja no próprio capitalismo, seja em outra ordem social institucionalizada) ainda não está claro. Recorrendo a Gramsci: o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer. Vivemos sintomas mórbidos deste período de transição. Mas é importante atentar para a perda de espaço desta hegemonia antes tão consolidada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O BRASIL DE 2021

A derrocada do pensamento hegemônico neoliberal progressista está evidentemente ligada à deterioração progressiva das condições de vida (e de trabalho) de grande parte

da população que vive sob esse regime. A ampliação da garantia de direitos e liberdades para parte das mulheres, dos negros, dos imigrantes, das pessoas LGBTQ e das pessoas com deficiência não tem sido mais capaz de conferir verniz carismático para uma forma de organização social que força as pessoas a trabalharem 10, 12, 15 horas por dia e que diminui seus salários, e na qual o Estado oferece cada vez menos proteção social. As condições de vida de grande parte da população – sobretudo em estratos intermediários da sociedade – deteriorou-se significativamente nas últimas décadas.

Devemos então indagar: por que, nesse contexto de enfraquecimento da ideologia neoliberal, as saídas políticas antineoliberais à direita do espectro político têm conseguido maior apelo do que as de esquerda?

Se analisarmos a eleição de Bolsonaro em 2018, talvez seja possível esboçar uma resposta, coerente com o quadro analítico amplo proposto por Fraser. Bem verdade que o Brasil tem inúmeras especificidades em sua história política recente. Há todo um micropanorama de ações no jogo político que poderia ser minuciosamente descrito. No entanto, iremos desconsiderar esse cenário local e tentar tratar a eleição de 2018 como parte do processo internacional de crise de hegemonia do neoliberalismo progressista. Essa linha de análise justifica-se na medida em que alcança um sentido próprio, revelando aspectos estruturais importantes por trás dos movimentos mais explícitos da política. A campanha de Bolsonaro enfrentou discursivamente o neoliberalismo progressista em suas duas características. Em uma de suas facetas, colocou-se abertamente ao lado do “politicamente incorreto”, proferin-

do toda sorte de ofensas, ironias ou pura e simplesmente grosserias contra inúmeros grupos socialmente oprimidos, e criticando da maneira mais despidorada quase todas as conquistas emancipatórias das últimas décadas. Defendeu ainda a violência como método de controle social, louvou a ditadura militar e opôs-se aos direitos humanos.

Em outra de suas facetas, apresentada como complementar, atacou todos os políticos (e o sistema político como um todo), acusando-os de “fazer mal para os pobres, para o Brasil, para a população.” Frases como “Tá na cara que estou sendo um problema para o sistema, não é para esse partido ou aquele, é para o sistema” (Bolsonaro em 26/06/2018) ou ainda “Sou ignorante em economia, mas foram os especialistas que levaram o país para o buraco” (Bolsonaro em 11/10/2017) mostram que, ao menos discursivamente, o candidato se colocava “contra tudo o que está aí”, *outsider* de um sistema político e econômico que vinha piorando a vida da população.

Evidentemente, boa parte desse discurso “antissistema” não se sustentava na realidade. O envolvimento de Bolsonaro e de sua família com episódios de corrupção; sua longa e obscura carreira de deputado orbitando os centros fisiológicos do poder; sua associação à ortodoxia de Paulo Guedes, com o conseqüente aval a pautas neoliberais centrais, como a emenda constitucional do teto de gastos, a reforma trabalhista, as reformas da previdência; seu aceno constante a empresários amplamente beneficiados pelo sucateamento do mercado de trabalho; todos esses fatores e muitos outros deixavam claro que, do mesmo modo que Trump nos EUA, o enfrentamento à parte

neoliberal do neoliberalismo progressista era muito menos sincero – e menos viável – do que seu ódio, esse sim palpável, ao progresso. Mas o fato relevante, principalmente em termos eleitorais, é que Bolsonaro conseguiu, do ponto de vista discursivo, apresentar-se como inimigo número um do pensamento internacional até há pouco hegemônico, o neoliberalismo progressista.

Também é importante assinalar, nesse sentido, o modo como Bolsonaro conseguiu trazer para seu lado o forte sentimento antipetista, canalizando em seu favor o ódio a um partido que, no Brasil, pode ser visto como a face mais evidente desse neoliberalismo progressista. De fato, no sentido que estamos dando ao termo, o Partido dos Trabalhadores (PT) foi certamente uma das maiores forças progressistas das últimas décadas, assumindo amplamente discursos e políticas com esse viés. Quanto à natureza neoliberal de suas políticas econômicas, a questão é certamente bem mais controversa, tendo em vista algumas importantes propostas redistributivas que defendeu e implementou. No entanto, a sequência de seus ministros da Fazenda – Antonio Palocci, Guido Mantega, Joaquim Levy, Nelson Barbosa, Henrique Meirelles – mostra bem, com exceção do penúltimo (de curta passagem pelo ministério), que a associação entre o partido e o ideário neoliberal é bastante razoável. (A respeito da natureza neoliberal das políticas econômicas do PT, a literatura disponível, embora ainda não consolidada, é extensa. Podemos destacar (Sampaio Jr., 2017), (Tristão, 2011), (Carvalho, 2018) e (ab’Saber, 2015). Para algumas boas análises de primeira hora, feitas ainda no calor dos acontecimentos, vale a pena recorrer às coletâneas organizadas por João Antônio de Paula, particularmente a (Carva-

lho, 2003) e (Neto, 2005).)

Em resumo, Bolsonaro é um político hiper-reacionário que conseguiu apresentar-se como alternativa contra o sistema como um todo. Para a compreensão dessa circunstância, pouco importa constatar a incoerência marcante de suas ações no governo, sobretudo no campo econômico, com a adoção hesitante ou politicamente incompetente de uma agenda ultraliberal que teve de ser momentaneamente suspensa devido à pandemia de COVID-19. O sentimento que levou ao voto e a atuação concreta de um governo podem mostrar-se surpreendentemente distanciados, sobretudo em questões de política econômica.

Olhar para a eleição de Bolsonaro como reação a uma insatisfação real e legítima da sociedade brasileira contra um sistema político que não vinha conseguindo garantir boas condições de vida é algo dolorido de fazer para setores progressistas. Dolorido, mas necessário, segundo nossa análise. Parece-nos equivocado, em termos da compreensão do fenômeno político, ignorar que a eleição de 2018 faz parte de um movimento internacional mais amplo e que, em especial, , em termos do delineamento de estratégias de atuação, atribuir os milhões de votos recebidos pelo atual presidente do Brasil a um surto psicótico coletivo causado por redes de *fake news* distribuídas por *Whatsapp* – muito embora esse tenha sido, sem dúvida, um componente importante da equação. Tal avaliação, contudo, pende para um viés moralista que tem feito mal à capacidade de atuação dos setores da sociedade mais comprometidos com a transformação social. O problema, segundo essa concepção, vai assumindo caráter

cada vez mais moral e menos político: parece haver algum problema moral com o povo brasileiro, ou com amplos setores do povo brasileiro, que passam a ser identificados (e descredenciados) simplesmente como “fascistas”, “machistas”, “trogloditas” (a famosa “cesta de deploráveis” de que falou Hillary Clinton em 2016). Acontece que a reação moral, justificada ou não, tende a bloquear o entendimento político da situação e, conseqüentemente, a ação política. Do ponto de vista teórico, o erro consiste em desvincular certo comportamento eleitoral de seu significado político, certa ideologia do chão concreto no qual, a cada momento, está inserida, e do qual se nutre.

Do nosso ponto de vista, mais importante seria compreender a quais insatisfações o voto bolsonarista respondeu. Se Bolsonaro era o político que encarnou o sentimento antissistema, o que nesse sistema causava incômodo e desagrado, ou mesmo ódio e desespero? Que essa pergunta é relevante, mostra-se ainda por outro motivo: a insatisfação é por vezes tão forte, e de alcance tão generalizado, que se pode voltar contra a própria democracia. A cisão entre política e economia, como cisão típica do capitalismo, parece encontrar aqui um novo ponto de tensão. É necessário analisar a situação com conceitos adequados.

Vale a pena voltar a essa questão. Durante o século XX, a democracia representativa conseguiu ajustar-se progressivamente como forma política típica do capitalismo – contrariamente à expectativa quase unânime da teoria social anterior, tanto de esquerda como de direita – a partir de um duplo compromisso. De um lado, a introdução de um elemento político na lógica econômica,

por meio da atuação reguladora e redistributiva do Estado e da tentativa de construção, mais ou menos bem-sucedida, de um Estado do bem-estar social. De outro lado, e de maneira complementar, a introdução de um elemento econômico-competitivo na lógica política, por meio de disputas partidárias em que as agremiações políticas são chamadas a vender seus projetos em um “mercado” eleitoral, em busca de supremacia e de algum tipo de “consenso” (Offe, 1983, p. 35). Por trás desse duplo compromisso, porém, havia uma promessa fundamental: a de que o poder econômico não seria determinante na esfera política, de modo que o interesse da maioria da população – e em especial das classes trabalhadoras – pudesse afrontar o interesse econômico e, em larga medida, prevalecer. Foi essa promessa, suficientemente crível por algum tempo, que começou a desmoronar no último quartel do século XX, período de instalação do neoliberalismo. Em primeiro lugar, o elemento competitivo na política, como não poderia deixar de ser, revela-se em grande medida um elemento econômico. Em segundo lugar, o exercício do poder político, nas condições cada vez mais precárias ditadas pela dinâmica da globalização (um tema de que já tratamos acima), foi tornando-se incapaz de afrontar a lógica econômica.

Resulta daí, mais uma vez, que a descrença democrática, trágica como possa ser, possui fundamentos reais e traduz demandas legítimas da população. Que ela venha assumindo, frequentemente, a forma de uma rejeição da democracia, é algo preocupante. Mas é algo que só pode ser tratado a partir da compreensão correta de sua dimensão política, e não da condenação moral contra setores (muitas vezes a maioria da po-

pulação) supostamente contaminados por um “pensamento autoritário”, quiçá irremovível. É algo que só pode ser tratado a partir do reconhecimento do problema real que lhe é subjacente: certo fracasso da democracia em entregar aquilo que havia prometido, e cujo cumprimento era correto exigir. Pois a democracia foi capaz de entregar, ainda que de maneira insuficiente, alguns progressos nas pautas emancipatórias e de reconhecimento. Mas a democracia vem sendo cada vez menos capaz de entregar justiça social, de construir uma sociedade mais fraterna e igualitária, ou ainda, uma sociedade menos excludente, violenta e exploradora.

Mas em que tudo isso nos diz respeito, aqui no Brasil, hoje?

No cenário que se delineia para breve – e do qual as próximas eleições em 2022 são apenas um primeiro passo –, o risco que parece emergir, de toda a análise apresentada acima, é claro. Qual é ele? O risco de que a tentativa de enfrentar e derrotar o profundo regresso representado pelo bolsonarismo leve a um outro tipo de regresso, representado pela renovação da aliança entre progressismo e neoliberalismo. Ou seja: o risco – que já começa a assumir feições bastante nítidas – de insistir em um neoliberalismo progressista que nos mantenha afundados nos mesmos impasses que levaram, em primeiro lugar, à erupção bolsonarista. Impasses cuja natureza não deriva, essencialmente, do “conservadorismo atávico” da sociedade brasileira ou de sua renitente “mentalidade escravagista” (embora esses fenômenos possam e devam ser devidamente identificados e combatidos). Impasses que derivam de uma situação histórica concreta de erosão, a médio e longo prazo, das condições de vida de boa parte

da população, nos marcos econômicos do neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

- Ab'Saber, T. (2015). *Lulismo: Carisma Pop e Cultura Anticrítica*. Hedra.
- Carvalho, C. E. (2003). A política econômica no início do governo Lula: Imposição irrecusável, escolha equivocada ou opção estratégica? In J.A, Paula (org.) (2003). *A Economia Política da Mudança: Desafios e equívocos do início do governo Lula*. Autêntica.
- Carvalho, L. (2018). *Valsa Brasileira: Do Boom ao Caos Econômico*. Todavia.
- Dardot, P. & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo (col. Estado de Sítio).
- Fraser, N. (2017). *Why two Karls are Better than One: Integrating Polanyi and Marx in a Critical Theory of the Current Crisis*. Kollegforscherinnengruppe Postwachstumsgesellschaften – Working Paper 2017. Recuperado de http://www.kolleg-postwachstum.de/sozgwmedia/dokumente/WorkingPaper/WP+1_2017+Fraser.pdf
- Fraser, N. (2018a). Crise de legitimação? Sobre as contradições políticas do capitalismo financeirizado. *Cadernos De Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade*, 23(2), 153-188. doi: 10.11606/issn.2318-9800.v23i2p153-188
- Fraser, N. (2018b). Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. *Revista Política & Sociedade*, 17(40). Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2018v17n40p43/38983>
- Fraser, N. & Jaeggi, R. (2020). *Capitalismo em Debate: Uma conversa na teoria crítica*. Boitempo.
- Harvey, D. (2004). *O novo imperialismo*. Loyola.
- IBGE (2010). Estatísticas de gênero. *Censo 2010*. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-14,-15,-16,53,54,55,-17,-18,128&ind=4703> .
- Neto, J. M. B. (2005). Governo Lula: uma opção neoliberal. In: PAULA, J. A. (Org.) *Adeus ao desenvolvimento*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- Offe, C. (1983). A democracia partidária competitiva e o Welfare State Keynesiano: Fatores de estabilidade e desorganização. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 26(1), 29-51. Recuperado de <http://dados.iesp.uerj.br/es/edicoes/?vn=26-1>
- Rugitsky, F. (2020). O interregno e a pandemia. *Revista Rosa-eletrônica*, (1). Recuperado de <http://revistarosa.com/1/o-interregno-e-a-pandemia>
- Sampaio Jr., P. A. (2017). *Crônica de uma Crise Anunciada*. São Pulo: SG-Amarante.
- Streeck, W. (2012). Citizens as Customers: Considerations on the New Politics of Consumption. *New Left Review*, (76), 27-47. Recuperado de

https://www.mpifg.de/pu/mpifg_ja/NLR_76_2012_Streeck.pdf

Streeck, W. (2018). *Tempo comprado: A crise adiada do capitalismo democrático*. São Paulo: Boitempo.

Tristão, E. (2011). A opção neoliberal do primeiro mandato do governo Lula. *In Ser Social*, 13(28),104-28. doi: 10.26512/ser_so-

cial.v13i28.12684

U.S. Bureau of Labor Statistics (2017). “*Women in The Workforce Before, During, and After the Great Recession*”. Recuperado de <https://www.bls.gov/spotlight/2017/women-in-the-workforce-before-during-and-after-the-great-recession/pdf/women-in-the-workforce-before-during-and-after-the-great-recession.pdf>